

---

# ***Parnaíba I Geração de Energia S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2017

A handwritten signature in blue ink that reads "Vivian Lopes".

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" MA

A handwritten signature in blue ink that reads "Guilherme Naves Valle".

Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" MA

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	89.409	31.516	Fornecedores	14	20.208	31.553
Clientes	8	125.783	146.806	Empréstimos e financiamentos	16	63.438	51.076
Estoques	9	12.073	11.273	Impostos e contribuições a recolher		7.898	6.592
Impostos a recuperar	11	7.585	5.617	Salários e férias a pagar		6.997	5.654
Despesas antecipadas	10	6.049	7.703	Dividendos	19	11.147	18.992
Contas a receber de partes relacionadas	15	1.198	-	Ressarcimento de Energia Eletrica	18	6.966	11.408
Outros créditos		906	2.433	Contas a pagar a partes relacionadas	15	128.517	73.428
				Pesquisa e Desenvolvimento		15.727	11.269
				Outras contas a pagar		15	15
		<b>243.003</b>	<b>205.348</b>			<b>260.913</b>	<b>209.987</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos a recuperar	11	331	552	Empréstimos e financiamentos	16	509.042	555.534
Despesas antecipadas	10	133	2.731	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	21.074	8.795
Depósito vinculado	7	36.996	29.188	Contas a pagar a partes relacionadas	15	696	50.693
				Ressarcimento de Energia Eletrica	18	303	913
				Outros contas a pagar		1.197	-
		<b>37.460</b>	<b>32.471</b>			<b>532.312</b>	<b>615.935</b>
<b>Imobilizado</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
	12	963.429	980.210	Capital social	19	456.690	456.690
<b>Intangível</b>	13	142.634	154.403	Reservas lucros		136.611	89.821
		<b>1.106.063</b>	<b>1.205.187</b>			<b>593.301</b>	<b>546.511</b>
		<b>1.386.526</b>	<b>1.372.432</b>			<b>1.386.526</b>	<b>1.372.432</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Parnaíba I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2016	2015
<b>Receita líquida de prestação de serviços</b>	21	927.087	856.106
Custos dos Serviços Prestados	22	(759.647)	(641.799)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>167.440</b>	<b>214.308</b>
<b>Despesas operacionais:</b>			
Gerais e administrativas	22	(14.700)	(8.514)
Outras receitas e despesas operacionais	22	9.002	129
		<b>(5.698)</b>	<b>(8.385)</b>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>161.742</b>	<b>205.923</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>			
Receitas financeiras	23	15.198	17.403
Despesas financeiras	23	(102.850)	(113.775)
		<b>(87.652)</b>	<b>(96.372)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>74.089</b>	<b>109.551</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(3.872)	(13.686)
Impostos de renda e contribuições correntes	11	(12.280)	(6.078)
		<b>(16.152)</b>	<b>(19.764)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>57.937</b>	<b>89.787</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	19	<b>0,1269</b>	<b>0,3210</b>

A Companhia não possui itens de resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Parnaíba I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas			Reserva legal	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Reserva estatutária	Reservas de lucros	Reserva para contingência			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>263.619</b>	<b>49</b>	<b>6.986</b>	<b>8.705</b>	<b>948</b>	<b>-</b>	<b>280.307</b>
<b>AFAC</b>							
Aumento de capital	5.000						5.000
Integralização de AFAC	188.071						188.071
Lucro do exercício						89.787	89.787
<b>Transferências para reservas</b>							-
Reserva legal					4.489	(4.489)	-
Reserva para incentivos fiscais				18.643		(18.643)	-
Reservas Estatutárias		9					9
Reservas de lucros			49.991			(49.991)	-
Dividendos						(16.664)	(16.664)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>456.690</b>	<b>58</b>	<b>56.977</b>	<b>27.348</b>	<b>5.437</b>	<b>-</b>	<b>546.510</b>
Lucro do exercício						57.937	57.937
<b>Transferências para reservas</b>							-
Reserva legal					2.897	(2.897)	-
Reserva para incentivos fiscais				10.451		(10.451)	-
Reservas de lucros			33.442			(33.442)	-
Dividendos						(11.147)	(11.147)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>456.690</b>	<b>58</b>	<b>90.419</b>	<b>37.799</b>	<b>8.335</b>	<b>-</b>	<b>593.301</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Parnaíba I Geração de Energia S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>74.089</b>	<b>109.551</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>122.600</b>	<b>133.906</b>
Depreciação e amortização	53.881	50.743
Juros incorridos	66.651	80.442
Stock options	-	9
Custo de captação	2.068	1.726
Comissão de fiança	-	985
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(36.879)</b>	<b>(67.539)</b>
Despesas Antecipadas	4.252	(4.118)
Contas a Receber	21.024	(10.129)
Depósitos Vinculados	(7.807)	(4.540)
Impostos a Recuperar	(1.747)	4.003
Estoque	(808)	(3.793)
Impostos, Taxas e Contribuições	1.306	(448)
Fornecedores	(11.345)	539
Provisões e Encargos Trabalhistas	1.343	1.690
Débitos / Créditos com Partes Relacionadas	5.092	(4.579)
Contas a Pagar - ADOMP	(5.052)	3.151
Pagamento de juros sobre empréstimo	(45.341)	(55.453)
Outros Ativos e Passivos	2.204	6.138
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>159.810</b>	<b>175.918</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(25.417)	(76.236)
Baixa de imobilizado e intangível	-	29.237
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(25.417)</b>	<b>(46.999)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	5.000
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(18.992)	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(57.508)	(140.524)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(76.500)</b>	<b>(135.524)</b>
<b>Aumento do caixa (redução) e equivalentes de caixa</b>	<b>57.893</b>	<b>(6.605)</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	31.516	38.121
No fim do exercício	89.409	31.516
	<b>57.893</b>	<b>(6.605)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais**

---

### **1 Contexto operacional**

A Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e foi constituída em 23 de dezembro de 2009. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Colares Moreira, s/n, Edifício Office Tower, Sala 1229, Renascença II, São Luís/MA, CEP 65.075-060.

De acordo com a Portaria ANEEL nº 464, de 3 de dezembro de 2009, a Companhia possui autorização para comercialização de energia elétrica com prazo de 35 anos contados a partir da entrada em operação comercial, remunerados através dos contratos de CCEAR's até 31 de dezembro de 2027, garantidos pelo Leilão A-5 de 2008.

Em 19 de janeiro de 2013, a primeira turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I ("Parnaíba I"), com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 20 de janeiro de 2013, a turbina atingiu sua capacidade nominal. A Usina Termelétrica Parnaíba I é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

Em 01 de fevereiro de 2013, a Parnaíba I recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para iniciar a operação comercial da primeira turbina, com capacidade instalada de 169 MW.

Em 8 de fevereiro de 2013 a ENEVA anuncia que a segunda turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I, com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). No mesmo dia, a turbina atingiu sua capacidade nominal de 169 MW.

Em 16 de março de 2013, a terceira turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I, com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). No dia 22 de março de 2013, a turbina atingiu sua capacidade nominal, 169 MW.

Em 14 de agosto de 2013, a Administração da Companhia através da Assembléia Geral Extraordinária, aprova a Cisão Parcial da Companhia seguida da incorporação da parcela cindida do seu acervo líquido pela Parnaíba III Geração de Energia S.A..

O Suprimento de Gás Natural é fornecido por meio de contrato firmado entre a Companhia e as empresas Parnaíba Gás Natural S.A. e a BPMB Parnaíba S.A.

Em 20 de novembro de 2014, a Controladora ENEVA S.A., juntamente com a Parnaíba II assinou o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC, com a ANEEL, cujo os termos e condições incluem, dentre outros:

- Substituição da geração de Parnaíba I por Parnaíba II até 30 de junho de 2016, num processo que permite a produção de energia com uso otimizado de recursos de gás natural;
- Compromisso de fechar o ciclo das quatro turbinas a gás de Parnaíba I em até cinco anos a partir da assinatura do contrato. A energia proveniente do projeto deve ser totalmente vendida no mercado regulado através de um leilão apropriado. A ANEEL pode adiar o período indicado se o leilão não tiver sido realizado.

Em 24 de novembro de 2014, a Companhia celebrou com Parnaíba II Geração de Energia S.A contrato de arrendamento das instalações da usina em cumprimento aos compromissos assumidos no TAC. De acordo com o contrato de arrendamento, durante o período da geração em substituição, a Parnaíba I assumirá todos os custos de operação e manutenção da UTE Maranhão III, bem como pagará os valores devidos pela utilização das unidades geradoras desta UTE. Este contrato terá sua vigência até o cumprimento de todas as obrigações preestabelecidas no referido contrato de arrendamento.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 03 de abril de 2017.

#### **2 Licenças e autorizações**

Em 15 de agosto de 2016, foi protocolado o pedido de renovação da Licença de Operação nº 559/2012 no IBAMA, relativo a produção de geração de energia com a utilização de gás natural (Ciclo Simples) referente aos projetos UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V. O referido pedido foi feito com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes da expiração de seu prazo de validade fixado na licença, ficando desta maneira automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental. Cabe ainda esclarecer que o requerimento de renovação foi solicitado ao IBAMA, em cumprimento às novas regras estabelecidas no Decreto Federal 8.437/2015. De acordo com o referido Decreto, caberá ao IBAMA o licenciamento e a respectiva renovação de licença de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica nos casos de usinas termelétricas com capacidade instalada igual ou superior a 300MW. Tais projetos foram transferidos da Eneva S.A. através da Resolução Autorizativa nº 3.032 de 16 de agosto de 2011, e da Resolução Autorizativa nº 3.175 de 25 de outubro de 2011 para Parnaíba I Geração de Energia S.A. Esta licença continua válida até manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

#### **3 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, ajustado ao valor de realização quando aplicável, com exceção de determinados instrumentos financeiros mantidos a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

#### **4 Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

##### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais

---

#### **4.2 Ativos financeiros**

##### **4.2.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

##### **4.2.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

##### **4.2.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.3 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

#### **4.4 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

#### **4.5 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado através do método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

#### **4.6 Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Nestes casos a taxa utilizada é a menor entre aquelas definidas pela Aneel e o prazo de autorização da usina.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo de autorização. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

#### **4.7 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - o mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - o condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

#### **4.8 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos lucros levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### **4.9 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **4.10 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **4.11 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

#### **4.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e de prejuízos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

#### **4.13 Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo o benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido com receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

#### **4.14 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais

---

#### **4.15 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### **(a) Venda de energia**

A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente ou quando disponibilizada conforme previsões contratuais.

##### **(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### **4.16 Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.



## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais**

---

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

#### **5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **(a) Perda (impairment) dos ativos não circulantes**

A Companhia testa eventuais perdas (impairment) nos ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos a cerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

##### **(b) Custo por indisponibilidade (ADOMP)**

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.11, a Companhia avalia eventuais perdas por indisponibilidade de sua unidade termoeletrica que poderam afetar os resultados da Companhia, considerando com base os contratos de CCEAR's que preveem a utilização de média móvel de 60 meses de geração efetiva. Os valores contabilizados foram determinados com base em estimativas de cálculo levando em consideração a média móvel de 60 meses, sendo reconhecido contabilmente pelo valor justo. Essas estimativas forma discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

##### **(c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.**

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.12, a Companhia testa as estimativas de recuperação dos créditos tributários através das projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Essas estimativas forma discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

#### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	14.790	24.743
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA (a)	<u>74.619</u>	<u>6.773</u>
	<u>89.409</u>	<u>31.516</u>

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,6% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 27% de operações compromissadas, 39% de CDBs e 34% de LFTs, em 31 de dezembro de 2016.

#### 7 Depósito vinculado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco Itaú (a)	<u>36.996</u>	<u>29.188</u>

(a) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas ao contrato de financiamento com o BNDES. O rendimento deste fundo em 2016 foi de 13,95% aa, equivalente a 99,64% do CDI.

#### 8 Clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Clientes	134.829	153.379
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(9.046)</u>	<u>(6.573)</u>
	<u>125.783</u>	<u>146.806</u>

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais**

---

Abaixo vencimentos do contas a receber:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vencidos a 180 dias	978	-
Vencidos entre 181 e 360 dias	123	-
Vencidos acima de 360 dias	7.945	6.573
Valores à Vencer	125.783	146.806
	<u>134.829</u>	<u>153.379</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possui saldos de R\$ 132.341 e R\$ 143.647, respectivamente, referentes à venda de energia no Mercado Regulado. Adicionalmente a companhia possui saldos de, respectivamente, R\$ 2.488 e R\$ 9.732, referentes à liquidação do mercado de curto prazo. Considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas nas notas 4.3 e 4.11, a companhia constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para os valores em atraso a partir de 180 dias, assim compostos:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Clientes CCEAR's	1.691	596
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	7.355	5.977
	<u>9.046</u>	<u>6.573</u>

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

As movimentações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Em 1º de Janeiro</b>	<b>6.573</b>	-
Constituição de PCLD no exercício	2.473	6.573
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>9.046</b>	<b>6.573</b>

#### 9 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Materiais de consumo (a)	12.073	11.273

(a) Refere-se ao material de almoxarifado, bem como peças de reposição, produtos químicos e lubrificantes.

#### 10 Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo de despesas antecipadas encontra-se representado da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Alliaz Seguros (a)	12	12
Fairfax Brasil (b)	-	143
Itaú Seguros (c)	-	9
Ace Seguros (d)	2.130	7.539
Tokio Marine (e)	14	-
Projetos de P&D (f)	4.026	2.731
	<u>6.182</u>	<u>10.434</u>
Circulante	6.049	7.703
Não circulante	133	2.731

(a) Refere-se ao valor para cobrir danos materiais, danos corporais, furto ou roubo e danos elétricos de equipamentos (Guindaste sobre Lagartas ou Rodas).

(b) Refere-se ao valor para cobrir riscos com Responsabilidade Civil.

(c) Refere-se ao seguro para cobrir danos à frota (danos materiais e físicos à terceiros).

(d) Refere-se ao valor para cobertura do risco com a Operação.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

- (e) Refere-se ao seguro para cobrir danos à frota (danos materiais e físicos à terceiros).
- (f) Refere-se ao programa de pesquisa e desenvolvimento voltado ao sistema de apoio a decisão comercial e logística do suprimento de carvão para centrais térmicas.

#### **11 Impostos a recuperar e diferidos**

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto de renda retido na fonte (a)	1.980	1.435
Imposto de Renda (b)	659	238
Contribuição Social (b)	3.281	-
Impostos de Renda e Contribuição Social – ano anterior	136	1.259
PIS (c)	60	164
COFINS (c)	275	740
Outros	1.525	2.333
	<u>7.916</u>	<u>6.169</u>
Circulante	7.585	5.617
Não circulante	331	552

- (a) É representado pelo imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento das aplicações financeira.
- (b) É representado pelos créditos oriundos das antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social calculados por estimativa.
- (c) É representado pelos créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de insumos (Gás e suprimento de energia para atendimento dos contratos CCEAR's).

#### **Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente,

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo diferido - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	2.601
Diferenças Temporárias	34.081	35.502
Passivo diferido	<u>(55.155)</u>	<u>(46.898)</u>
	<u>(21.074)</u>	<u>(8.795)</u>

**Abaixo a composição do imposto diferido por natureza:**

<b>Ativo</b>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisões	4.906	4.172
Gastos Pré-Operacionais - RTT (a)	29.175	31.330
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b><u>34.081</u></b>	<b><u>35.502</u></b>

  

<b>Passivo</b>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação Acelerada	(23.068)	(14.811)
Despesas com a instalação de seu ativo na fase pré-operacional.	(32.087)	(32.087)
<b>Total</b>	<b><u>(55.155)</u></b>	<b><u>(46.898)</u></b>

- (a) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e conseqüentemente, compõem o saldo de prejuízos fiscais.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais

---

#### **Reconciliação da taxa efetiva**

O pronunciamento técnico CPC 07 trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 10.451, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. Este benefício tem validade até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2016, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ/CSLL	74.089	109.551
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	25.190	37.247
Diferenças Permanentes	1.668	1.300
Redução Benefício SUDENE – 75% IRPJ e PAT	(10.706)	(18.784)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.323	24.721
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12.280	13.686
Compensações lucro da exploração	(10.451)	(18.644)
Total imposto	16.152	19.764
Taxa efetiva	21,80%	18,04%

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

#### 12 Imobilizado

##### (a) Composição dos saldos

Imobilizado em serviço							2015	
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Taxa depreciação % a.a.		4	7	17	20	10		
<b>Custo</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.312	515.643	486.673	618	1.019	1.677	32.196	1.041.138
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.312	515.643	486.673	618	1.019	1.677	32.196	1.041.138
Adições			528	174	311	420	74.253	75.686
Baixas		(29.233)		(4)				(29.237)
Transferências		38.798	3.555		(21)	(24)	(41.938)	370
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	525.208	490.756	788	1.309	2.073	64.511	1.087.957
<b>Depreciação</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(32.398)	(36.235)	(120)	(411)	(265)		(69.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(32.398)	(36.235)	(120)	(411)	(265)		(69.429)
Adições		(12.782)	(25.418)	(48)	(221)	(178)		(38.647)
Baixas		329						329
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(44.851)	(61.653)	(168)	(632)	(443)		(107.747)
<b>Valor contábil</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.312	483.245	450.438	498	608	1.412	32.196	971.709
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	480.357	429.103	620	677	1.630	64.511	980.210



## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

	<b>2016</b>							
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações, obras civis e benfeitorias</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Equipamento de informática</b>	<b>Veículos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Imobilizado em curso</b>	<b>Total</b>
Taxa depreciação % a.a.		4	7	17	20	10		
<b>Custo</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	525.208	490.756	788	1.309	2.073	64.511	1.087.957
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	525.208	490.756	788	1.309	2.073	64.511	1.087.957
Adições			643	119	108	531	23.631	25.032
Baixas					(210)	(83)		(293)
Transferências		26.686	32.553				(59.609)	(370)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.312	551.894	523.952	907	1.207	2.521	28.533	1.112.326
<b>Depreciação</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(44.851)	(61.653)	(168)	(632)	(443)		(107.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(44.851)	(61.653)	(168)	(632)	(443)		(107.747)
Adições		(11.934)	(28.789)	(152)	(242)	(220)		(41.337)
Baixas					171	16		187
Transferências		2.577	(2.577)					
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(54.208)	(93.019)	(320)	(703)	(647)		(148.897)
<b>Valor contábil</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	480.357	429.103	620	677	1.632	64.511	980.210
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.312	497.686	430.933	587	504	1.874	28.533	963.429

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

#### **Terrenos**

Refere-se basicamente aos valores de aquisição das áreas onde está localizada a usina termelétrica Parnaíba I Geração de Energia S.A.

#### **Máquinas e equipamentos**

Refere-se, basicamente, aos equipamentos da usina, linha de transmissão e subestação.

#### **Imobilizado em curso**

Em 1 de fevereiro de 2013, a Usina Termelétrica Parnaíba I Geração de Energia recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial, com capacidade instalada de 676 MW. Com a aprovação da Declaração de Operação Comercial, o Empreendimento passa a ser remunerado segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão de energia A-5 de 2009.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia manteve no grupo de imobilizado em curso os itens referentes a compras em andamento e Imobilizado Reserva, que são componentes sobressalentes menores dos equipamentos instalados na usina e estes, por sua vez, são controlados pelo Estoque da companhia, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 13.453 (R\$ 15.051 em 2015). Há ainda o Grupo de obras em curso, cujo saldo equivale a projetos capitalizados em andamento da usina.

#### **Depreciação**

A depreciação dos ativos será baseada na vida útil ou no prazo de concessão, dos dois o menor, e o cálculo será realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, será calculado uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual a zero.

As principais taxas de depreciação anuais, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 7 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

<b>Geração</b>	<b>(%)</b>	<b>Administração</b>	<b>(%)</b>	<b>Transmissão</b>	<b>(%)</b>
Barramento	2,5	Edificações	3,3	Condutor do sistema	2,7
Disjuntor	3,0	Equipamento geral	6,3	Equipamento geral	6,3
Edificações	3,3	Veículos	14,3	Religadores	4,0
Equipamentos da tomada d'água	3,7				
Estrutura da tomada d'água	2,9				
Gerador	3,3				
Reserv., barragens e adutoras	2,0				
Sistema de comunicação local	6,7				
Turbina vapor	4,0				
Taxa média depreciação Geração	3,5	Taxa média depreciação Administração	7,9	Taxa média depreciação Transmissão	4,3

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** **Em milhares de reais**

---

#### **Teste de valor recuperável**

Baseada nas projeções de fluxo de caixa, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo as premissas utilizadas na avaliação da recuperabilidade dos ativos.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas em fontes externas de informações.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização, tendo como principais premissas:

Crescimento orgânico compatível com as tendências futuras do setor elétrico e baseadas em fontes externas de informações, bem como a perspectivas de crescimento da economia brasileira. A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a serem vendidas já estão definidas por um período de 15 a 20 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigida pelo IPCA. A companhia atuara atuará na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.

Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos a cada unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à unidade geradora de caixa, motivo pelo qual as estimativas de entradas e saídas do fluxo de caixa não foram ajustadas para refletir esses riscos específicos. Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado foi 10,4%.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

#### 13 Intangível

##### (a) Composição do saldo

<b>Intangível em serviço</b>	<b>2015</b>		
	<b>Licenças e software de informática</b>	<b>Outorgas e CCEARs</b>	<b>Total</b>
Tx. amortização % a.a.	20	6,67	
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	830	183.448	184.278
Adições	550		550
Transferências	(370)		(370)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.010	183.448	184.458
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(265)	(17.365)	(17.630)
Adições	(189)	(12.236)	(12.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(454)	(29.601)	(30.055)
Valor contábil			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	565	166.083	166.648
Saldo em 31 de dezembro de 2015	556	153.847	154.403
<b>Intangível em serviço</b>	<b>2016</b>		
	<b>Licenças e software de informática</b>	<b>Outorgas e CCEARs</b>	<b>Total</b>
Tx. amortização % a.a.	20	6,67	
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.010	183.448	184.458
Adições	385		385
Transferências	390		390
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.785	183.448	185.233
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(454)	(29.601)	(30.055)
Adições	(274)	(12.270)	(12.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(728)	(41.871)	(42.599)
Valor contábil			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	556	153.847	154.403
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.057	141.577	142.634

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

Refere-se basicamente ao valor do ativo correspondente ao contrato de compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A.

Em setembro de 2011, após aprovação da ANEEL, a ENEVA S.A. firmou o Contrato de Compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A., pelo valor de R\$ 183 milhões com prazo de 15 anos, para a aquisição das outorgas fornecidas pela ANEEL às UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville (subsidiárias da Bertin Energia e Participações S.A.), para se instalarem como produtoras independentes de energia. Tendo como vida útil para amortização desse investimento o prazo de vigência do referido contrato.

Cabe destacar que as UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville foram contratadas no leilão de A-5 nº 03/2008 - ANEEL, realizado em 30 de setembro de 2008, onde foi homologado o suprimento de 225 MW (em média) às distribuidoras, cada uma, com um prazo de autorização de 35 anos.

A ENEVA S.A. firmou com a Parnaíba I Geração de Energia S.A. o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para Parnaíba I todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A referida Cessão de Direitos e Obrigações, firmada entre a ENEVA S.A. e a Parnaíba I, também possui duas cláusulas condicionais, a saber: (i) Autorização da ANEEL para a implantação dos Empreendimentos (UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville) no complexo Termelétrico Parnaíba e (ii) alteração do fator "i" e dos " Demais Custos Variáveis" já citados acima.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

Esta aquisição consolida a implantação do "Complexo Termelétrico Parnaíba", com capacidade instalada de 1,4 GW, à base de gás natural.

#### **14 Fornecedores**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	<u>20.208</u>	<u>31.553</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos apresentados são compostos por fornecedores de itens para ativo imobilizado, custos, materiais e serviços.

#### **15 Partes relacionadas**

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com empresas ligadas e profissionais-chaves da administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

##### **Acionistas**

A Companhia possui como acionista controlador a ENEVA S.A. com 100% de participação acionária.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

#### Controladora

O controle da Companhia é exercido pela ENEVA S.A, que detém 100% das ações ordinárias.

#### Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: ENEVA S.A., Eneva Participações S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A, PGN Gás Natural S.A e BPMB Parnaíba S.A .

Os saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativas as operações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

	<b>Ativo</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Parnaíba II Geração de Energia S.A (g)	1.198	-
	<b>1.198</b>	-

  

	<b>Passivo</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
ENEVA S.A. (a)	529	10.137
Serviços realizados pela empresa ligada EBX Investimentos Ltda.	-	16
Eneva Participações (f)	127	1.442
Parnaíba II Geração de Energia S.A (c)	5.078	39.271
Fornecimento de Gás - BPMB Parnaíba S.A (b)	37.330	17.970
Fornecimento de Gás - Parnaíba Gás Natural S.A (b)	86.149	55.301
	<b>129.213</b>	<b>124.121</b>
Circulante	128.517	73.428
Não circulante	696	50.693

  

	<b>Receita</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Eneva Comercializadora de Energia S.A (e)	878	1.198
Parnaíba II Geração de Energia S.A (d)	-	1.077
Parnaíba III Geração de Energia S.A	-	446
Itaqui Geração de Energia S.A	-	458

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais**

	<u>878</u>	<u>3.179</u>
	<b>Despesas</b>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ENEVA S.A (a)	7.620	5.677
Serviços realizados pela empresa ligada EBX Investimentos Ltda.		16
Parnaíba II Geração de Energia S.A (c)	66.365	67.230
Consumo de Gás Natural (b)	324.096	270.989
Arrendamento de Estação de Tratamento de Gás Natural (b)	<u>195.680</u>	<u>187.568</u>
	<u>593.761</u>	<u>531.480</u>

- (a) Refere-se aos gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos, que serão ressarcidos à ENEVA S.A.
- (b) Refere-se aos valores devidos pela Parnaíba I Geração de Energia à Parnaíba Gás Natural e à BPMB Parnaíba S.A., pelo fornecimento de gás natural e o arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás . O prazo para liquidação dessas obrigações incorrem em 35 dias médios.
- (c) Em 2016, o saldo refere-se a adiantamentos realizados entre as empresas para atendimento ao contrato de fornecimento de gás com PGN. Em 2015, o saldo era referente aos valores devido a Parnaíba II Geração de Energia pelo arrendamento da planta de geração.
- (d) Refere-se a venda de gás para Parnaíba II Geração de Energia S.A.
- (e) Refere-se a venda de energia para recomposição de lastro, durante exercício de 2015.
- (f) Refere-se ao valor devido pela Parnaíba I Geração de Energia S.A. à Eneva Participações, pelos os gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos.
- (g) Refere-se a venda de lastro para Parnaíba II Geração de Energia S.A., que começou sua operação comercial em julho de 2016.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

---

#### Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Desta forma os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Benefícios de curto prazo		
Salários	1.077	338
Outros Benefícios	23	-
Outros (INSS/FGTS)	350	-
	<u>1.450</u>	<u>338</u>

Abaixo os montantes de remuneração anual individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores, em R\$ mil:

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Mínima</u>	<u>Média</u>	<u>Máxima</u>	<u>Mínima</u>	<u>Média</u>	<u>Máxima</u>
Diretores	249	410	504	338	338	338



## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

#### 16 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva	2016					2015				
					Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
BNDES	(a) RS	TJLP+1,88%	15/06/2027	2,35%	(28.395)	(25.965)	390.709	1.622	366.366	28.395	27.191	421.858	1.425	396.092
BNDES	(b) RS	IPCA+TR BNDES +1,88%	15/07/2026	2,37%	(11.705)	(9.061)	208.874	6.301	206.114	11.705	9.904	215.695	4.727	210.518
					<u>(40.100)</u>	<u>(35.026)</u>	<u>599.583</u>	<u>7.923</u>	<u>572.480</u>	<u>40.100</u>	<u>37.095</u>	<u>637.553</u>	<u>6.152</u>	<u>606.610</u>
Circulante						(2.583)	58.097	7.923	63.438		2.054	46.978	6.152	51.076
Não circulante						(32.443)	541.486		509.042		35.041	590.575		555.534

- (a) Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$495,7 milhões, referentes aos subcréditos B e C do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES de um total previsto de R\$671 milhões. Estes subcréditos serão amortizados em 168 parcelas mensais com início em 15 de julho de 2013, juntamente com os juros. O custo anual contratado é de TJLP + 1,88%.
- (b) Adicionalmente, Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$ 204,3 milhões, referentes à totalidade do subcrédito A do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Este subcrédito está sendo amortizado em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, junto com os juros devidos. O custo anual contratado é de IPCA + TR BNDES + 1,88%. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** **Em milhares de reais**

---

Nos contratos de financiamento de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES, foram apresentadas as seguintes garantias:

- Fiança Bancária;
- Fiança corporativa.
- Garantia fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Os Direitos emergentes das autorizações de que é titular conforme Resolução Aneel nº 3.174/11 e 3.175/11.

#### Covenants

- *Covenants* financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

Os contratos de financiamentos relativos ao projeto Parnaíba possuem especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBTIDA.

Em 31 de dezembro de 2016 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos foram atendidos.

- *Covenants* não financeiros

Os contratos de financiamento de curto prazo possuem também cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2016, foram todas atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente.
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações.
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações.
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações.
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios.
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores.
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais**

---

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

<b>Saldo em 2015</b>	<b>606.610</b>
(+) Juros incorridos	66.651
(-) Pagamento de juros	(45.341)
(-) Pagamento de principal	(57.508)
(+) Amortização do custo de captação	2.068
<b>Saldo em 2016</b>	<b>572.480</b>
<hr/>	
<b>Saldo em 2014</b>	<b>720.419</b>
(+) Juros incorridos	80.442
(-) Pagamento de juros	(55.453)
(-) Pagamento de principal	(140.524)
(+) Amortização custo de captação	1.726
<b>Saldo em 2015</b>	<b>606.610</b>

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 têm o seguinte cronograma de pagamento.

<b>Ano de vencimento</b>	
2017	58.098
2018	58.098
2019	58.098
2020 até último vencimento	334.748
	<hr/>
	509.042

## **17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

A seguir é apresentada a descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Mensuração	2016		2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	89.509	89.509	31.516	31.516
Cauções e depósitos vinculados	Custo amortizado	36.996	36.996	29.188	29.188
Contas a receber	Custo amortizado	125.783	125.783	146.806	146.806
		<u>252.288</u>	<u>252.288</u>	<u>207.510</u>	<u>207.510</u>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	20.208	20.208	31.553	31.533
Financiamentos com instituições financeiras	Custo amortizado	572.480	572.480	526.318	526.318
Partes relacionadas	Custo amortizado	129.213	129.213	124.121	124.121
		<u>721.901</u>	<u>721.901</u>	<u>681.992</u>	<u>681.992</u>

### Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo.

### Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não possui derivativos contratados em 31 de dezembro de 2016.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

---

#### Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

#### Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

#### (a) Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

A Companhia possui todo seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros. Do total, 64% são corrigidos pela TJLP (Taxa de Juros do Longo Prazo) e 36% com a correção dada pelo índice IPCA.

	<u>Risco</u>	<u>Valor Futuro Mercado</u>	<u>Valor Futuro (alta 25%)</u>	<u>Valor Futuro (alta 50%)</u>
Risco de Cash Flow relacionado ao	<i>Alta na Taxa de Juros</i>	606.666	657.193	707.720
Passivo indexado a TJLP				
<b>Outstanding (Principal + Juros)</b>		<b>606.666</b>	<b>657.193</b>	<b>707.720</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>		-	<b>50.527</b>	<b>101.054</b>

---

(\*) Os cenários não refletem a expectativa da empresa em relação ao mercado de juros.

A avaliação visa meramente o cumprimento da legislação

Metodologia: deslocamento paralelo para cima da curva de juros TJLP em 25% e 50% TJLP em 30/12/16: 7,5% (Fonte: Bloomberg)

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

		<u>Valor</u> <u>Futuro</u> <u>Mercado</u>	<u>Valor</u> <u>Futuro</u> <u>(alta 25%)</u>	<u>Valor</u> <u>Futuro</u> <u>(alta 50%)</u>
-	<u>Risco</u>			
-	Risco de Cash Flow relacionado ao Passivo indexado ao IPCA	<i>Alta na Taxa de Juros</i>	355.096	377.663
	<b>Outstanding (Principal + Juros)</b>		<b>355.096</b>	<b>377.663</b>
	<b>Aumento da despesa financeira</b>		<b>-</b>	<b>22.567</b>
				<b>400.230</b>
				<b>45.134</b>

(\*) Os cenários não refletem a expectativa da empresa em relação ao mercado de juros. A avaliação visa meramente o cumprimento da legislação  
Metodologia: deslocamento paralelo para cima da curva de juros IPCA em 25% e 50% IPCA em 30/12/16: 6,29% (Fonte: Bloomberg)

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP – que também contém um forte componente inflacionário - são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas.

Por se tratar de um segmento específico, há que se ter cautela quanto à realização de inferências e hipóteses presentes em modelos estatísticos na tentativa de mapear a realizar previsões sobre esse mercado para a quantificação de perdas hipotéticas relacionadas. Além disso, o ativo das empresas representado por suas receitas também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

#### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A ENEVA SA possui política corporativa contendo as diretrizes das aplicações financeiras de suas controladas. Os bancos são avaliados segundo o Índice Risk Bank e os limites obedecem a critérios como prazo, volume, taxa etc. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldos contábeis

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	89.509	31.516
Contas a receber	125.783	146.806
Depósito vinculado	36.996	29.188
Consolidado das contas credoras	<u>252.288</u>	<u>207.510</u>

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

O montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente e fundo de investimento mantido no Itaú S.A., banco de primeira linha e com relação ao contas a receber, sua principal exposição é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

#### Risco de liquidez

A ENEVA S.A. monitora permanentemente o nível de liquidez de suas controladas considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Fornecedores	20.208					20.208
Partes relacionadas		127.319	696			128.015
Empréstimos e financiamentos	36.945	71.939	106.493	300.726	445.660	961.763
Total por faixa de prazo	57.153	199.258	107.189	300.726	445.660	1.109.986

#### 18 Custo por indisponibilidade

Em 7 de janeiro de 2014, as partes relacionadas Itaqui Geração de Energia juntamente com a Pecém I Geração de Energia ingressaram com uma ação judicial contra a Aneel questionando a apuração horária da indisponibilidade, considerando que os CCEAR's preveem a utilização de uma média móvel de 60 meses da disponibilidade efetiva. Dessa forma, a Companhia reconhece a provisão do custo de indisponibilidade, quando aplicável, de acordo com o entendimento contratual dos contratos de CCEAR.

Em 24 de janeiro de 2014, a 15ª Vara Federal do Distrito Federal concedeu liminar às usinas Pecém I e Itaqui suspendendo os pagamentos por indisponibilidade com base em apuração horária, com efeito imediato.

Em 02 de dezembro de 2015, a CCEE divulga o Relatório nº 020/2015 trazendo os ajustes inseridos na receita de venda final de outubro de 2015, fazendo aplicação do Despacho nº 3.690/2015 o qual determinou à CCEE que o cálculo da indisponibilidade pertencentes aos agentes Parnaíba I, Parnaíba III e PECÉM II para recontabilização dos ressarcimentos devidos, deve ser efetuado a partir da data de entrada em operação comercial das unidades de geradoras, considerando a janela móvel de 60 meses. Tal recontabilização gerou um ganho para Companhia no valor de R\$ 56.997, registrado na rubrica de Custos Operacionais, adicionando a esse valor os reflexos da atualização monetária apurada entre os anos de 2014 e 2015.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

Em 12 de janeiro de 2016, a CCEE divulga o Relatório nº 023/2015 trazendo os ajustes inseridos na receita de venda final de dezembro de 2015, fazendo aplicação do Despacho nº 3.878/2015 o qual definiu nova metodologia para cálculo do ressarcimento por geração inferior ao despacho do O.N.S, tratados anteriormente com base no Ofício nº 095/2014 – SEM/SRG/ANEEL. Tal recontabilização gerou um ganho para Companhia no valor de R\$ 18.773, em 2015, registrado na rubrica de Custos Operacionais, adicionando a esse valor os reflexos da atualização monetária.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou o reflexo do reconhecimento dos Despachos Aneel nº 3.690/2015 e 3.878/2015, como segue:

<b>Custos por indisponibilidade</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisões contábeis referente aos custos por indisponibilidade	900	22.489
Despacho ANEEL nº 3.878/2015	-	(18.773)
Despacho ANEEL nº 3.690/2015	-	(56.997)
Efeito no resultado	<u>900</u>	<u>(53.281)</u>

Os saldos das obrigações dos custos por indisponibilidade em 31 de dezembro de 2016 registrados na rubrica energia elétrica ressarcimento correspondem:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Ressarcimento de Energia Eletrica	<u>7.269</u>	<u>12.321</u>
Circulante	6.966	11.408
Não circulante	303	913

## 19 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social da Parnaíba I Geração de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$ 456.690 respectivamente, sendo composto por ações assim distribuídas:

	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Quotista				
Eneva S.A.	456.690.033	100	456.690.033	100
Petra Energia S.A.	-	-	-	-
	<u>456.690.033</u>	<u>100</u>	<u>456.690.033</u>	<u>100</u>

Em 2015 a Controladora Eneva S.A adquiriu os 30% da participação acionária que pertencia a Petra Energia S.A. Sendo a partir desse período detentora de 100% de participação acionária Companhia.



## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

Em 30 de novembro de 2015, a Administração da Companhia através da Assembléia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital social que passou a ser de R\$ 456.690, mediante a emissão de 193.071.426 novas ações ordinárias da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada uma, a serem subscrita e integralizadas da seguinte forma:

- (i) a acionista Eneva S.A. subscreveu e integralizou 193.071.426 novas ações ordinárias, mediante capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ 188.071 e integralização no valor de R\$5.000.

#### **(b) Dividendos**

O estatuto da Companhia é omissivo quanto ao valor a ser pago. Desta forma, a Companhia deverá observar as disposições do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que determina quando o estatuto for omissivo e a Assembléia Geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

#### **Dividendos**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>57.937</b>	<b>89.787</b>
Constituição de reserva legal	(2.897)	(4.489)
Reservas para incentivos fiscais	(10.451)	(18.643)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>44.589</b>	<b>66.655</b>
<b>Constituição de dividendos obrigatórios – 25%</b>	<b>11.147</b>	<b>16.664</b>

O saldo de balanço de dividendos a pagar em 2015, refere-se aos dividendos obrigatórios constituídos neste ano, adicionados do saldo remanescente de 2014, no montante de R\$ 2.328, totalizando R\$ 18.992.

#### **20 Provisão para contingências**

A Companhia não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e conseqüentemente não constituiu provisão para contingências.

A Companhia, entretanto, é parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 10.527 (R\$ 13.034 em 31 de dezembro de 2015), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

---

#### 21 Receita líquida

A conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>1.031.263</b>	<b>952.726</b>
Receita fixa	520.374	480.383
Receita variável (a)	457.706	444.449
Receita com liquidações de curto prazo CCEE (b)	53.183	13.123
Outras receitas	-	3.179
Impostos sobre vendas	(104.176)	(96.620)
<b>Total da receita líquida</b>	<b><u>927.087</u></b>	<b><u>856.106</u></b>

- (a) Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são atualizados anualmente pelo IPCA, gerando assim o incremento observado;
- (b) Devido a redução nos despachos por ordem de mérito da usina, explicado no item “a” dessa nota, a Companhia incorreu no aumento de 88% da energia liquidada no mercado de curto prazo.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

#### 22 Custo e Despesas por natureza

A composição de outras despesas da Companhia é demonstrada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal e administradores	(30.644)	(24.273)
Consumo de Gás Natural (a)	(324.096)	(270.989)
Compra de Energia	-	-
Encargos por indisponibilidade (b)	900	53.281
Encargos de uso sistema de transmissão (c)	(25.783)	(24.655)
Serviços de terceiros	(56.240)	(46.621)
Seguros	(8.654)	(12.734)
Depreciação e amortização	(53.890)	(50.743)
Material	(3.256)	(3.479)
Arrendamentos e aluguéis (d)	(262.566)	(255.227)
Outros	(1.116)	(14.744)
	<u>(765.345)</u>	<u>(650.184)</u>
Classificados como:		
Custo	(759.647)	(641.799)
Despesas administrativas e gerais, outras receitas/despesas	(5.698)	(8.385)

- (a) Refere-se ao consumo de Gás Natural para queima no processo de geração de energia para atendimentos dos contratos de CCEAR's. O Gás Natural é o principal insumo dentro do processo de geração de energia deste tipo usina termelétrica. A Companhia possui contrato de fornecimento de Gás Natural com a empresa Parnaíba Gás Natural S.A. e BPMB Parnaíba S.A. Em 2016, com o término da vigência do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre a Companhia, Parnaíba II Geração de Energia S.A. e a ANEEL, a utilização do ciclo combinado (geração de energia através do vapor de gás) cessou. Por esse motivo, a Companhia passou a gerar energia somente através de suas turbinas incorrendo em um aumento no consumo de gás.
- (b) Refere-se das provisões e ressarcimentos de penalidades por geração de energia abaixo do contratado nos CCEAR's por disponibilidade. Conforme descrito na nota 18, em 2015 a Companhia recebeu a restituição de valores pagos indevidamente em anos anteriores.
- (c) Refere-se dos valores dos encargos pagos as Transmissoras de Energia pelo o Uso do sistema de Transmissão denominado de EUST.
- (d) Refere-se aos valores dos gastos com arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de Gás Natural através dos contratos firmados com a empresa Parnaíba Gás Natural S.A. e com a BPMB Parnaíba S.A. Conforme descrito no item (a) acima, em 2016 a Companhia incorreu em custos maiores pelo término da vigência do TAC.

## Parnaíba I Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

#### 23 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	9.688	6.385
Juros recebidos	5.488	10.927
Outros	22	91
	<u>15.198</u>	<u>17.403</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(61)	(68)
IOF	(329)	(586)
Encargos da dívida	(68.719)	(82.169)
Comissão de fiança	(28.911)	(25.372)
Juros e multa	(2.746)	(2.932)
Variação cambial	(166)	(9)
Outros	(1.918)	(2.639)
	<u>(102.850)</u>	<u>(113.775)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(87.652)</u>	<u>(96.372)</u>

#### 24 Cobertura de seguros (Não Auditado)

A Companhia em conjunto com as demais empresas do Grupo ENEVA, do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor.

## **Parnaíba I Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016** Em milhares de reais

---

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as coberturas de seguros eram:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
	(Não auditado)	(Não auditado)
Responsabilidade civil (a)	435.000	435.000
Danos materiais (b)	2.218.064	5.179.551
	<u>2.653.064</u>	<u>5.614.551</u>

- (a) Refere-se ao valor total da apólice de Responsabilidade Civil em Grupo realizada com ENEVA juntamente com a coligada Parnaíba Gás Natural S.A.
- (b) Refere-se ao valor total para cobertura com máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, localizados no interior das Usinas e demais locais identificados como local de risco.

\* \* \*

**Diretor Presidente**  
Ronan Nogueira Dias

**Gerente de Contabilidade**  
**Rafaela Pereira Carrard**  
**CRC RS-071175/O-6**